

1 Ata da Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São
2 João – CBHLSJ. Ao vigésimo sétimo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e
3 cinco, às dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma *Zoom*), tendo
4 como pauta os seguintes assuntos: **Pauta Original:** 1. Aprovação da Ata de reunião
5 anterior (17/04/2025); 2. Apresentação da Assessoria Jurídica sobre as atribuições dos
6 entes; 3. Apresentação da Prestação de Contas do Ano II - Contrato de Gestão nº 61/2022;
7 4. Aprovação da Resolução que “Regulamenta a aplicação de recursos financeiros do
8 CBHLSJ no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Auxílio à Fiscalização
9 Integrada da Lagoa de Araruama (alimentação, combustível, óleo lubrificante e marina)”.
10 5. Aprovação da Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do
11 CBHLSJ no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a contratação de empresa
12 especializada para a realização de Curso de formação para aquaviários, marinheiro
13 auxiliar de convés e marinheiro auxiliar de máquina; e de formação de aquaviário
14 pescador profissional”. 6. Aprovação da Resolução que “Aprova a disponibilização de
15 recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para
16 a contratação de Estudo de Análise do Pescado da Lagoa de Araruama, incluindo Análise
17 de Sedimento (Áreas I, II e III), no município de São Pedro da Aldeia/RJ”. 7. Aprovação
18 da Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no
19 montante de R\$ 40.000,00 (sessenta mil reais) para a contratação de empresa
20 especializada para a realização de Curso de formação de Condutores de Turismo de Base
21 Comunitária (TBC) para os pescadores”. 8. Avaliação da Minuta de Resolução que
22 “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ, da conta única de
23 saneamento, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a complementação
24 de recursos para a realização de estudo de viabilidade, perfuração, instalação e registro
25 de outorga de Poço Artesiano na Comunidade Rural Emiliano Zapata, no município de
26 São Pedro da Aldeia/RJ”. 9. Assuntos Gerais. **Pauta Executada:** 1. **Aprovação da**
27 **Ata de reunião anterior (17/04/2025); 2. Aprovação da Resolução que “Regulamenta**
28 **a aplicação de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 50.000,00**
29 **(cinquenta mil reais) para Auxílio à Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama**
30 **(alimentação, combustível, óleo lubrificante e marina)”. 3. Aprovação da**
31 **Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no**
32 **montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a contratação de empresa**
33 **especializada para a realização de Curso de formação para aquaviários, marinheiro**
34 **auxiliar de convés e marinheiro auxiliar de máquina; e de formação de aquaviário**
35 **pescador profissional”. 4. Aprovação da Resolução que “Aprova a disponibilização**
36 **de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil**
37 **reais) para a contratação de Estudo de Análise Microbiológica do Pescado da Lagoa**
38 **de Araruama”. 5. Aprovação da Resolução que “Aprova a disponibilização de**
39 **recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 40.000,00 (sessenta mil reais)**
40 **para a contratação de empresa especializada para a realização de Curso de**
41 **formação de Condutores de Turismo de Base Comunitária (TBC) para os**
42 **pescadores”. 6. Avaliação da Minuta de Resolução que “Aprova a disponibilização**
43 **de recursos financeiros do CBHLSJ, da conta única de saneamento, no montante de**
44 **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a complementação de recursos para a**
45 **realização de estudo de viabilidade, perfuração, instalação e registro de outorga de**
46 **Poço Artesiano na Comunidade Rural Emiliano Zapata, no município de São Pedro**
47 **da Aldeia/RJ”; 7. Assuntos Gerais.** Onde compareceram os seguintes representantes,
48 conforme lista de presença: **Membros:** Sra. Gisela Livino de Carvalho (Instituto Chico
49 Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio); Sra. Ana Paula Araújo Pereira e

50 Sra. Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho (Fundação Instituto de Pesca do Rio de
51 Janeiro – FIPERJ); Sr. Valdemir Dias da Silva (Instituto Estadual do Ambiente - INEA);
52 Sra. Ana Paula Rodrigues de Souza e Sra. Ana Luiza Assaf (Prefeitura Municipal de
53 Araruama); Sra. Daiana Paula da Silva Cabral (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo);
54 Sr. Mário Flávio Moreira e Sr. Breno Bento dos Santos (Prefeitura Municipal de São
55 Pedro da Aldeia); Sr. Vinícius Carvalho da Silva Mendes e Ellen Ramos de Araújo
56 (Associação dos Amigos da Lagoa De Jacarepiá - AMILA); Sr. Walter Luiz da Silva
57 Ramos (Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA); Sr.
58 Felipe Silva Serpa (Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro
59 da Aldeia – ACIASPA); Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação de Defesa da Lagoa de
60 Araruama - Viva Lagoa); Sra. Marcela Bonelli Zarur (Associação de Moradores e Amigos
61 do Mato Grosso – AMAMG); Sra. Edna Ferreira Calheiros Saraiva e Sra. Sheila Moreira
62 (Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS); Sr.
63 Carlos Alberto Cardoso de Oliveira (Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva –
64 ANOLAVI); Sra. Carolina Mazieri e Sra. Mônica Casarin Fernandes Elsen (Cidadania
65 Buziana); Sra. Dalva Rosa Mansur e Sra. Sandra Barbara de Souza (Instituto de Pesquisas
66 e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS); Sra. Kátia Regina Martins de
67 Souza Lima (Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG); Sr. Diego Américo
68 de Moraes (Ordem dos Advogados do Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande); Sra. Talita
69 de Castro Mallmann (Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da
70 Aldeia); Sra. Irene Alves de Mello e Sr. Jorge Mello (Associação Livre dos Aquicultores
71 das Águas do São João – ALA); Sr. Francisco da Rocha Guimarães Neto (Associação dos
72 Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA); Sr. Maximilien
73 Correa dos Santos e Sr. Roni Ribeiro (Associação de Pescadores Artesanais de Gancho
74 de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA); Sr. Paulo Cesar Pinheiro (Associação
75 dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia); Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube
76 Náutico de Araruama); Sra. Dulce Tupy Caldas (Colônia de Pescadores Z-24 de
77 Saquarema); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores de Iguaba Grande -
78 Z29); Sr. Ricardo Fernando Guadagnin e Sr. Sergio Kunio Yamagata (Federação das
79 Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN); Sr. Moacir Andrade Simões e Sra.
80 Vanessa Dutra Soriano (Lagos Bioenergia S/A); Sra. Aline Silva Araújo e Sra. Roberta
81 Moraes (Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto). **Entidade**
82 **Delegatária:** Sra. Cláudia Magalhães (Coordenadora Técnica-administrativa); Sra.
83 Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ); Sra. Aline Ribeiro (Analista
84 Técnica do CILSJ); Sra. Vanessa Sotto (Analista Técnica do CILSJ); Sr. Allan Barbosa
85 (Estagiário Técnico do CILSJ). **Convidados:** Sra. Rita Souza (Prefeitura Municipal de
86 Arraial do Cabo); Sra. Simone e Sra. Bruna Jobim (Instituto Estadual do Ambiente -
87 INEA); Sra. Viviane Pires (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Sra. Letícia
88 Barbosa; Sra. Anna Rafaela; Sr. Eli Cardoso. Foi informado que o Presidente do CBHLSJ,
89 Sr. Jailton Dias, não poderia estar presente na reunião devido a outros compromissos
90 profissionais e por esse motivo a condução da reunião ficaria a cargo da Vice-presidente,
91 Sra. Ana Paula Rodrigues de Souza. Sendo assim, a Sra. Ana Paula Rodrigues iniciou a
92 reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, a Sra. Aline Ribeiro (Analista
93 Técnica do CILSJ) informou que seriam feitas três alterações na pauta: retirada dos itens
94 2 (apresentação da assessoria jurídica sobre as atribuições dos entes) e 3 (prestação de
95 contas do segundo ano do contrato de gestão), e correção no título da minuta da resolução
96 do item 6, de ‘Aprovação da Resolução que Aprova a disponibilização de recursos
97 financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a
98 contratação de Estudo de Análise do Pescado da Lagoa de Araruama, incluindo Análise

99 de Sedimento (Áreas I, II e III), no município de São Pedro da Aldeia/RJ’ para
100 ‘Aprovação da Resolução que Aprova a disponibilização de recursos financeiros do
101 CBHLSJ no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a contratação de Estudo
102 de Análise Microbiológica do Pescado da Lagoa de Araruama’. A Sra. Cláudia Magalhães
103 (Coordenadora Técnica-administrativa) explicou que os itens foram retirados porque a
104 apresentação jurídica será melhor aproveitada numa capacitação futura, e a prestação de
105 contas precisa ser revista após dúvidas da Comissão de Avaliação do INEA. A Sra. Gisela
106 Carvalho (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio)
107 discordou da retirada do item jurídico, alegando que nem todos conseguiriam participar
108 das capacitações e que o tema é relevante para ser tratado em plenária. O Sr. Francisco
109 da Rocha Guimarães Neto (Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna
110 Araruama - APASLA) também manifestou dúvidas e reforçou a importância do tema. A
111 Sra. Ana Paula esclareceu que a capacitação será aberta e pré-agendada, mas Sra. Gisela
112 insistiu que a plenária era o melhor momento para esse tipo de apresentação. Após debate,
113 a Sra. Cláudia explicou que será organizado uma capacitação mais estruturado e
114 abrangente. No entanto, se a plenária achasse necessário, a apresentação jurídica poderia
115 ser incluída na próxima reunião extraordinária, juntamente com a apresentação da
116 Prestação de Contas. A Sra. Gisela sugeriu votação, e a maioria decidiu que a
117 apresentação do jurídico seria feita na próxima extraordinária, sem prejuízo da
118 capacitação futura. Dando seguimento, passou-se para **1. Aprovação da Ata de reunião
119 anterior (17/04/2025)**. A Sra. Aline Ribeiro informou que a Ata da reunião anterior
120 passou por retificações e que duas solicitações foram recebidas. A primeira, da Sra.
121 Carolina Mazieri (Cidadania Buziana), questionava a ausência do registro do seu voto nas
122 deliberações. A Sra. Aline e a Sra. Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ)
123 explicaram que os votos são registrados por instituição e contabilizados via chat, e que o
124 nome da Cidadania Buziana aparece na maioria das deliberações, exceto na votação da
125 resolução sobre Macroalgas, onde não foi identificado o voto no chat. Após revisão, a
126 Sra. Carolina confirmou que o documento que estava visualizando era diferente e que, de
127 fato, o voto constava na versão correta. A segunda solicitação foi do Sr. Felipe Serpa
128 (Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia –
129 ACIASPA), que apontou uma divergência entre sua manifestação no chat e o conteúdo
130 registrado na ata, no item de pauta que tratava do indeferimento da entrada de instituições.
131 A Sra. Aline esclareceu que a retificação foi realizada conforme a posição final informada
132 por ele, que era favorável ao indeferimento, e não contrária, como constava na minuta da
133 ata. O Sr. Felipe solicitou ver o chat pessoalmente para entender melhor, e a Sra. Aline
134 se colocou à disposição. Após os esclarecimentos, e não havendo mais solicitações, foi
135 colocado em votação a aprovação da ata, sendo aprovada pela maioria dos votos.
136 Prosseguiu-se para o item **2. Aprovação da Resolução que “Regulamenta a aplicação
137 de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil
138 reais) para Auxílio à Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama (alimentação,
139 combustível, óleo lubrificante e marina)**. A Sra. Aline Ribeiro projetou a minuta,
140 fazendo a leitura dela. Após a leitura, o Sr. Breno Bento (Prefeitura Municipal de São
141 Pedro da Aldeia) questionou se os municípios com embarcação própria teriam direito a
142 suporte técnico do contrato celebrado pelo CILSJ. A Sra. Aline esclareceu que o contrato
143 se refere apenas à embarcação do Comitê. A Sra. Ellen Ramos (Associação dos Amigos
144 da Lagoa De Jacarepiá - AMILA) perguntou sobre o período de vigência do recurso, e a
145 Sra. Aline respondeu que os contratos são, geralmente, anuais. O Sr. Fernando Barbosa
146 (Clube Náutico de Araruama) perguntou sobre a quantidade de kits a ser disponibilizado.
147 A Sra. Claudia Magalhães explicou que a resolução estabelece um valor máximo para

148 cada objeto (kit alimentação, combustível, óleo e marina). O contrato tem duração de 12
149 meses e pode ser prorrogado, sendo normalmente utilizado para atender até dois anos de
150 defesos. Até agora, nunca utilizou-se os trinta mil em um único ano. Os kits eram
151 entregues por meio de tickets aos coordenadores de fiscalização indicados pelas
152 prefeituras, que os utilizam conforme o planejamento das ações. A Sra. Samara detalhou
153 os itens que compõem o kit e informou que o valor unitário é de R\$ 40,16, totalizando
154 747 kits. A Sra. Mônica Casarin (Cidadania Buziana) perguntou sobre a estrutura da
155 fiscalização, e a Sra. Cláudia explicou que existe um acordo de cooperação técnica
156 firmado em 2022 com as prefeituras que margeiam a lagoa. As prefeituras fornecem os
157 guardas ambientais e o comitê apoia com insumos e embarcação, alugada e mantida com
158 recursos do CBHLSJ. O coordenador de fiscalização é responsável por distribuir os
159 insumos conforme os plantões. O Sr. Carlos Alberto Cardozo (Associação
160 Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI) fez um apelo para que os membros mais
161 experientes tenham paciência com os novos conselheiros, destacando o interesse e a
162 disposição dos recém-chegados em aprender, participar e contribuir nas reuniões. O Sr.
163 Arnaldo (Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa) sugeriu que o apoio
164 à fiscalização se estenda ao ano todo, e a Sra. Ana Paula esclareceu que o contrato permite
165 esse uso, caso haja recursos suficientes. O Sr. Arnaldo observou que os recursos atuais
166 são destinados ao período de defeso, e sugeriu que, para cobrir a fiscalização ao longo de
167 todo o ano, seria necessário um aporte maior, recomendando que a Câmara Técnica de
168 Pesca avalie melhor a questão. A Sra. Marcela Bonelli (Associação de Moradores e
169 Amigos do Mato Grosso – AMAMG) questionou a possibilidade de ajustar o orçamento,
170 considerando a existência de recursos excedentes, adequando-o à realidade ou ampliando
171 o período de fiscalização. Também sugeriu a criação de uma equipe própria do consórcio,
172 específica para essa atividade. O Sr. Breno Bento destacou a importância de uma
173 fiscalização anual, reforçando que há parcerias com a 7ª e 8ª UPAN, que também
174 usufruíam dos recursos cedidos pelo comitê, e que a ação deveria abranger não só a pesca,
175 mas também o controle de efluentes. A Sra. Dalva Mansur (Instituto de Pesquisas e
176 Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS) alertou que a fiscalização não
177 era função do comitê, mas sim das autoridades públicas. O Sr. Chico Pescador reforçou
178 a importância da fiscalização contínua na Lagoa de Araruama, que tem grande relevância
179 socioeconômica, com produção anual de até mil toneladas de peixe. Destacou que
180 fiscalizar apenas no período de defeso é insuficiente, pois a pesca irregular logo após esse
181 período compromete os resultados. Sugeriu a criação de uma guarda específica para a
182 lagoa, com dois agentes por município, o que reduziria custos e aumentaria a efetividade.
183 Ressaltou que a execução da fiscalização depende da vontade política dos prefeitos e da
184 atuação da sociedade civil para cobrar ações. Por fim, defendeu o planejamento de uma
185 oficina específica para estruturar uma fiscalização anual mais eficiente a partir do
186 próximo ano. A Sra. Carolina Mazieri levantou duas questões. A primeira foi se há algum
187 programa semelhante de fiscalização voltado para pescadores da região de Armação dos
188 Búzios, especificamente no trecho entre a foz do Rio Una e Cabo Frio. A segunda foi a
189 dificuldade enfrentada pelos novos conselheiros para acompanhar as pautas, já que muitos
190 temas vêm sendo discutidos há mais tempo. Ela sugeriu que, durante as capacitações ou
191 em reuniões específicas, fosse apresentada uma visão geral dos planos de ação e
192 programas já em andamento, para nivelar o conhecimento de todos. Em resposta, a Sra.
193 Cláudia Magalhães explicou que o contrato de R\$ 30 mil, citado anteriormente, costuma
194 atender às necessidades do ano vigente e do primeiro semestre do ano seguinte, graças a
195 um planejamento baseado na demanda do ano anterior. Isso facilita o processo de
196 licitação, que é obrigatório para qualquer valor. Ela esclareceu que não há sobra de

197 recursos, mas sim um planejamento estratégico que considera possíveis variações na
198 quantidade de plantões de fiscalização. Sobre a sugestão de Carolina, a Sra. Cláudia
199 considerou pertinente e informou que o tema já está previsto na pauta. Justamente por
200 isso, a apresentação da prestação de contas foi adiada para a próxima reunião
201 extraordinária, onde será detalhado o plano de investimentos, incluindo as rubricas
202 aprovadas, valores comprometidos, contratados e disponíveis, além da previsão
203 orçamentária até 2028. Também será realizada uma oficina durante a capacitação, para
204 garantir melhor entendimento sobre a aplicação dos recursos do comitê. Em resposta à
205 outra pergunta da Sra. Carolina, O Sr. Francisco Guimarães esclareceu que o acordo de
206 fiscalização existente atualmente é restrito ao entorno da Lagoa de Araruama, mas
207 ressaltou que nada impede a articulação de novos acordos com outros municípios, como
208 Armação dos Búzios e Rio das Ostras. Mencionou, inclusive, uma nova proposta de
209 ampliação do acordo para incluir também questões de saneamento, já que os fiscais, ao
210 estarem presentes nas praias, podem observar eventuais vazamentos de esgoto. Destacou
211 que o Comitê e o Consórcio não possuem poder de fiscalização nem podem manter
212 equipes próprias, pois essa atribuição é legalmente reservada aos entes públicos –
213 municipais, estaduais ou federais. Informou também sobre conversas com o Governo do
214 Estado visando a contratação de uma empresa privada para reforçar o ordenamento e a
215 fiscalização da Lagoa de Araruama, que hoje é reconhecida como patrimônio cultural
216 imaterial. Reforçou a importância de uma fiscalização preventiva e contínua, com a
217 presença constante sendo mais eficaz do que ações punitivas. Sobre a adequação de
218 valores dos kits de alimentação, explicou que, conforme o número de dias e de agentes
219 mobilizados nas ações, os recursos vêm sendo suficientes para o período planejado.
220 Destacou que capacitações futuras serão importantes para entender melhor os planos e
221 facilitar as deliberações. A Sra. Gisela Carvalho complementou, explicando que o Comitê
222 tem competência apenas sobre águas interiores (rios e lagoas), não podendo atuar em
223 áreas marítimas. Reforçou que o poder de polícia é restrito aos entes públicos. A Sra.
224 Aline Ribeiro informou que, segundo verificação, atualmente não havia representantes da
225 Prefeitura de Armação dos Búzios na Câmara Técnica de Pesca, apenas de Arraial do
226 Cabo e São Pedro da Aldeia. A Sra. Ana Paula comentou sobre a logística dos kits de
227 alimentação. Informou que, em alguns casos, como no município de Araruama, o uso dos
228 kits é quase nulo devido à distância do ponto de retirada, que no atual momento era em
229 Cabo Frio, tornando inviável o deslocamento durante ações noturnas. Assim, Araruama
230 acabava utilizando mais o combustível do que os kits de alimentação. Essa limitação
231 logística poderia acarretar nas sobras de kits que eram então utilizados em outros períodos
232 de defeso. O Sr. Jorge Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João
233 – ALA) lembrou que o rio São João também estava sob responsabilidade do comitê, e
234 que especialmente a área abaixo da represa enfrentava sérios problemas de poluição.
235 Comentou sobre um projeto de aquicultura paralisado e defendeu a inclusão de
236 municípios como Cabo Frio, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu no esforço de
237 fiscalização ambiental, considerando os impactos sobre a saúde e o meio ambiente. O Sr.
238 Walter Luiz (Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA)
239 sugeriu que a questão da fiscalização no mar fosse tratada pela Câmara Técnica de
240 Gerenciamento Costeiro. A Sra. Aline Ribeiro ratificou a fala da Sra. Gisela, sobre a
241 limitação da atuação do Comitê de Bacia, que se restringe às águas interiores — como
242 rios e lagoas — não incluindo, portanto, áreas marítimas. Acrescentou que o Comitê
243 estava atualmente na fase final da revisão e complementação do seu Plano de Recursos
244 Hídricos, que contemplava também os planos complementares, entre os quais o Plano de
245 Gerenciamento Costeiro, que tratava justamente das questões relacionadas ao

246 ordenamento e uso das áreas costeiras. A próxima etapa desse processo seria a realização
247 de uma oficina de fechamento, incluindo os planos complementares. Não havendo mais
248 comentários por parte dos membros, passou-se para aprovação da resolução em questão.
249 Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor da aprovação:
250 Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ; Prefeitura Municipal de
251 Araruama; Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia; Associação dos Amigos da
252 Lagoa De Jacarepiá - AMILA; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos
253 Lagos – ASAERLA; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro
254 da Aldeia – ACIASPA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa;
255 Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS;
256 Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI; Cidadania Buziana;
257 Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS;
258 Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil
259 - 62 Subseção de Iguaba Grande; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São
260 Pedro da Aldeia; Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA;
261 Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA;
262 Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama –
263 APAGPLA; Clube Náutico de Araruama; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29;
264 Prolagos S.A. Não havendo manifestações contrárias, a resolução foi aprovada pela
265 maioria dos membros presentes. Seguiu-se para **3. Aprovação da Resolução que**
266 **“Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$**
267 **60.000,00 (sessenta mil reais) para a contratação de empresa especializada para a**
268 **realização de Curso de formação para aquaviários, marinheiro auxiliar de convés e**
269 **marinheiro auxiliar de máquina; e de formação de aquaviário pescador**
270 **profissional”**. A Sra. Aline Ribeiro informou que houve apontamentos durante a reunião
271 da Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL), especialmente quanto à falta de
272 informações sobre a demanda, como o quantitativo de vagas, a justificativa da oferta do
273 curso, e a existência de cursos semelhantes oferecidos pela Marinha. A Sra. Dalva Mansur
274 manifestou preocupação com a ausência de informações específicas na minuta da
275 resolução. Salientou que os cursos mencionados geram certificações e, por isso, é
276 fundamental ter transparência quanto aos critérios adotados. Solicitou a apresentação de
277 relatórios dos cursos anteriores, como forma de controle e avaliação. Observou também
278 que havia possibilidade de acordo com a Marinha para realização dos cursos na própria
279 região, ao menos a parte teórica, o que diminuiria custos. Apontou que o curso da Marinha
280 é mais exigente, com pré-requisitos e provas rigorosas, e que o processo de certificação é
281 gradual, começando pela carteira de pesca. Por essas razões, sugeriu maior clareza sobre
282 o que está sendo proposto antes de aprovar a resolução. Na sequência, o Sr. Francisco
283 Guimarães esclareceu os pontos levantados. Explicou que os chamados “extracursos” são
284 cursos pagos, realizados fora da Marinha, justamente porque os cursos regulares
285 oferecidos pela Marinha ocorriam raramente e tinham altíssima concorrência – chegando
286 a mais de 400 candidatos para 25 a 30 vagas. Ressaltou que, em seleção recente, nenhum
287 pescador da comunidade foi aprovado, o que evidenciou a dificuldade enfrentada pelas
288 populações tradicionais, muitas vezes com baixa escolaridade. O Sr. Francisco Guimarães
289 destacou que, com apoio anterior do CBHLSJ, foi possível realizar um curso que resultou
290 na emissão de 50 carteiras, sendo 16 POP e 34 de MAC. Este último se tornou ainda mais
291 necessário após atualização da Norman, que exige que o transporte de passageiros seja
292 feito exclusivamente por marinheiros regionais. A formação visa atender, também, à
293 demanda crescente gerada pelos projetos de turismo de base comunitária, que devem
294 ganhar projeção nacional com uma reportagem no programa Globo Repórter. A iniciativa

295 busca não apenas a profissionalização, mas a valorização da identidade das comunidades
296 tradicionais, dando acesso legal à atividade pesqueira a pessoas que pescam há gerações,
297 mas que não possuíam documentação. O Sr. Francisco Guimarães informou que a
298 proposta atual era formar cerca de 60 novos aquaviários, com distribuição proporcional
299 de vagas entre as comunidades. Ressaltou a importância de incluir pescadores da região
300 do Rio São João, onde havia uma demanda urgente por carteiras POP. Informou que os
301 cursos que foram executados contaram com a parceria da prefeitura de São Pedro da
302 Aldeia, que cedeu piscina e ambulância com técnicos para a realização das atividades
303 práticas. E que agora estavam buscando a legalização de 25 embarcações nos cinco
304 municípios da bacia, sendo 05 por município, com o apoio da Lei Rouanet. Isso
305 fortaleceria ainda mais a estrutura para receber turistas de forma segura e legal. Ao final,
306 o Sr. Chico reafirmou que a realização do curso era fruto de um esforço coletivo e
307 representava um marco, pois após seis anos sem oferta desse tipo de formação, foi
308 possível garantir a primeira turma graças à mobilização do Comitê, do CILSJ e das
309 comunidades. Declarou que o curso de nivelamento aos pescadores tinha metodologia
310 mais acessível e gerou aprovação de todos os participantes. Encerrou reiterando a
311 relevância da ação para o fortalecimento do turismo, da pesca artesanal e da justiça social
312 na bacia hidrográfica, colocando-se à disposição para esclarecer dúvidas adicionais. A
313 Sra. Cláudia Magalhães pontuou que, no processo de elaboração das resoluções do
314 Comitê, não era indicado incluir um nível elevado de detalhamento, como quantidade de
315 beneficiários ou especificações técnicas do Termo de Referência. Explicou que a função
316 da resolução era aportar o recurso e indicar de forma geral o seu objetivo, respeitando os
317 limites legais e operacionais. Como ainda não foram realizadas as cotações de preços
318 junto ao mercado, não era possível afirmar com precisão quantas pessoas poderiam ser
319 atendidas nem os custos específicos dos serviços. O valor informado era uma estimativa,
320 que poderia sofrer ajustes conforme as propostas recebidas. A inclusão de detalhes
321 excessivos poderia engessar o processo, pois qualquer alteração futura exigiria nova
322 aprovação da resolução, o que retardaria a tramitação. A Sra. Cláudia mencionou como
323 exemplo o caso da resolução do poço artesiano, que foi aprovada com valor superior ao
324 orçamento posteriormente fechado, justamente por essa necessidade de margem
325 operacional. Reforçou que, para a boa execução dos recursos do Comitê, era preciso
326 flexibilidade dentro dos limites legais e alertou que, ao amarrar demais uma proposta,
327 corria-se o risco de paralisar o processo. Na sequência, o Sr. Felipe Serpa manifestou
328 concordância com os apontamentos da Sra. Dalva, considerando pertinentes as
329 preocupações levantadas. Reconheceu a explicação da Sra. Cláudia sobre a necessidade
330 de concisão nas resoluções, mas sugeriu a criação de um documento de apoio
331 complementar à resolução — algo que não comprometeria sua tramitação formal, mas
332 traria mais transparência e embasamento técnico aos membros do plenário no momento
333 das deliberações. Destacou a importância de conhecer os resultados obtidos com recursos
334 já aplicados em cursos anteriores, incluindo um diagnóstico de eficiência, o que permitiria
335 avaliar com mais clareza a relevância da nova proposta. Além disso, o Sr. Felipe
336 questionou se o processo estaria tramitando adequadamente, já que, segundo ele
337 compreendeu da fala da Sra. Dalva, a CTIL não teria aprovado a resolução, e se não seria
338 necessário que o texto passasse novamente pela referida câmara técnica antes de ser
339 levado à plenária. Em resposta, a Sra. Cláudia Magalhães esclareceu que concorda com a
340 sugestão do documento complementar, e reforçou que a apresentação feita pelo Sr.
341 Francisco Guimarães contribuiu significativamente para esclarecer as dúvidas.
342 Confirmou que existiam registros e relatórios dos cursos anteriores e que essas
343 informações poderiam ser encaminhadas ao Comitê. Quanto à tramitação da proposta,

344 explicou que a CTIL atuava na análise da estrutura formal da resolução, e não na
345 deliberação de mérito sobre os objetos propostos, que era papel das câmaras técnicas
346 temáticas específicas, como a de educação ambiental ou de pesca, por exemplo. O
347 encaminhamento final, com aprovação ou não, era de responsabilidade da plenária,
348 instância soberana do Comitê. A Sra. Mônica Casarim, em complementação à Sr. Felipe
349 Serpa, propôs que as resoluções do Comitê trouxessem justificativas mais claras sobre os
350 objetivos propostos, ou que sejam acompanhadas de documentos adicionais explicativos,
351 que possibilitem aos membros uma melhor compreensão sobre o que está sendo votado.
352 Ressaltou que os textos das resoluções, em sua forma atual, são excessivamente
353 genéricos, dificultando a análise crítica e consciente por parte dos conselheiros. Em
354 seguida, a Sra. Mônica Casarim questionou se o curso em discussão seria voltado apenas
355 para pesca ou também contemplaria turismo de base comunitária. O Sr. Francisco
356 Guimarães esclareceu que o curso era voltado a pescadores, com foco na obtenção das
357 carteiras POP e MAC. Destacou que havia pescadores que desejavam atuar também no
358 transporte de passageiros, e, por isso, necessitavam da carteira de MAC. A Sra. Aline
359 Ribeiro complementou que a pauta atual se referia exclusivamente à resolução da pesca,
360 no valor de R\$ 60.000,00, e que o curso relacionado ao turismo de base comunitária seria
361 discutido em item posterior da reunião, pois tratava-se de resolução distinta. A Sra.
362 Mônica Casarim demonstrou preocupação em relação à separação dos objetivos das duas
363 resoluções, buscando confirmar se os R\$ 60.000,00 seriam destinados exclusivamente à
364 formação de pescadores. O Sr. Francisco Guimarães explicou que o valor seria dividido
365 igualmente: R\$ 30.000,00 para o curso de POP e R\$ 30.000,00 para o curso de MAC,
366 totalizando 60 vagas, sendo 30 para cada curso. Reforçou que o curso de MAC era
367 necessário também para pescadores que pretendiam atuar no transporte de passageiros. A
368 Sra. Gisela Carvalho complementou que o turismo de base comunitária envolvia
369 pescadores que tinham como atividade principal a pesca, mas que passariam a
370 desenvolver atividades turísticas como fonte de renda alternativa. Portanto, o curso de
371 habilitação era necessário para que esses pescadores estejam regulares junto à Marinha,
372 independentemente da atividade principal exercida. Retomando suas perguntas, a Sra.
373 Mônica indagou se, diante do crescimento esperado da demanda turística após a
374 divulgação na mídia (como a reportagem prevista no Globo Repórter), existia algum
375 estudo de capacidade de carga da Lagoa de Araruama, ou seja, se havia conhecimento
376 técnico sobre os limites de impacto ambiental e social que a atividade turística poderia
377 provocar no território. Considerando a previsão de expansão do turismo, destacou a
378 importância de haver esse tipo de planejamento. Em seguida, a Sra. Mônica questionou
379 se o valor de R\$ 60.000,00 seria executado via licitação ou se a escolha da empresa se
380 daria por outros critérios técnicos. Por fim, apontou que a minuta da resolução não
381 mencionava explicitamente o valor como teto de gastos, o que poderia gerar dúvidas
382 futuras. Segundo ela, era essencial que a resolução trouxesse essa informação de forma
383 clara, evitando a necessidade de reformulação ou reaprovação do documento, caso haja
384 alguma variação no custo real. A Sra. Cláudia Magalhães respondeu que a resolução tinha
385 justamente o papel de estabelecer esse teto de gasto, o que garante segurança jurídica e
386 operacional ao processo. Afirmou que esse limite consta formalmente no instrumento,
387 mas caso o Comitê julgasse necessário, poderia fazer esse ajuste. A Sra. Mônica Casarim
388 reiterou que a minuta da resolução não mencionava de forma clara o teto. Em resposta, a
389 Sra. Cláudia Magalhães explicou que a função central da resolução era justamente
390 delimitar o valor máximo a ser investido em determinado objeto. Destacou que, após a
391 aprovação da resolução, o próximo passo era a realização de uma cotação de preços,
392 conforme previsto nas normas de contratação pública. Esclareceu que, por se tratar de

393 valores abaixo de R\$ 80 Mil, seria utilizada a modalidade de Pedido de Cotação. A Sra.
394 Cláudia reiterou que o texto da resolução poderia ser ajustado para esclarecer esse teto,
395 mas reforçou que o mecanismo estava implícito no instrumento. Com relação ao outro
396 questionamento da Sra. Mônica Casarim: se existia algum estudo de capacidade de carga
397 da Lagoa de Araruama para suportar o aumento da atividade turística que está sendo
398 impulsionada, especialmente após a veiculação de matéria no programa Globo Repórter.
399 O Sr. Francisco Guimarães respondeu que esse tema sempre foi motivo de preocupação
400 por parte da comunidade. Explicou que foi elaborado, em parceria com a Secretaria de
401 Meio Ambiente de São Pedro da Aldeia, um plano específico para ordenar o turismo
402 náutico e de base comunitária. Esse plano, que deverá virar lei municipal, define zonas
403 de uso e limites de embarcações por área, considerando critérios como preservação visual
404 e tranquilidade da orla. Citou como exemplo a Ponta do Roberto Marinho, onde seria
405 permitido um número máximo de quatro embarcações, sem permanência fixa no local.
406 Segundo o Sr. Francisco Guimarães, o plano também tratava da quantidade de barcos-
407 táxi, da demarcação das praias e dos critérios de carga por ponto turístico. O estudo foi
408 elaborado com base em contribuições de biólogos, turismólogos e pescadores, e estava
409 estruturado em planilhas técnicas com diretrizes para o ordenamento do uso náutico. No
410 caso de São Pedro da Aldeia, já havia definições estabelecidas, mas a intenção, com o
411 segundo curso de capacitação em turismo, era expandir esse modelo para os municípios
412 de Iguaba Grande, Arraial do Cabo e Cabo Frio, criando também legislação própria em
413 cada localidade. O objetivo era garantir um turismo de base comunitária sustentável e de
414 baixo impacto, evitando os problemas enfrentados por destinos como Arraial do Cabo,
415 Búzios e Angra dos Reis, que sofriam com a superlotação e desordem náutica. O Sr.
416 Francisco Guimarães informou ainda que o impacto das embarcações seria pequeno, com
417 limite de cinco a seis barcos por comunidade, com capacidade para no máximo cinco
418 pessoas por embarcação, totalizando vinte visitantes por vez. Destacou que esse número
419 era extremamente reduzido em relação à área da lagoa, o que garante um impacto
420 controlado, temporário e reversível. Ao final, a Sra. Mônica Casarim solicitou acesso ao
421 plano mencionado, e o Sr. Francisco Guimarães se comprometeu a encaminhá-lo à
422 Secretaria Executiva do Comitê, para envio por e-mail aos membros da plenária. Na
423 sequência, concedeu-se a palavra ao Sr. Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores de
424 Iguaba Grande - Z29), que destacou que o município de Iguaba Grande já contava com
425 pescadores cadastrados para participar dos cursos. Afirmou que, quando o assunto foi
426 discutido na Câmara Técnica de Pesca, houve divulgação prévia e mobilização
427 comunitária, e manifestou surpresa com a não aprovação da proposta na CTIL. No
428 entanto, reconheceu que a falta de informações detalhadas, como as que estão sendo
429 esclarecidas no momento, foi o que motivou a manifestação da Sra. Dalva e o parecer da
430 câmara. O Sr. Leandro reforçou a relevância do curso, relatando que conhecia casos de
431 pescadores que não conseguiram aprovação em processos seletivos realizados pela
432 Capitania dos Portos, devido à alta concorrência. Finalizou dizendo que estava tentando
433 incluir recursos no orçamento municipal de Iguaba Grande, para apoiar iniciativas
434 semelhantes, reiterando que a formação era de grande importância para a região. O Sr.
435 Fernando Barbosa reforçou a importância de se compreender, durante a reunião, como os
436 recursos das resoluções serão aplicados. Ressaltou que, embora o texto da resolução não
437 possa ser excessivamente detalhado, era fundamental que todos saibam a finalidade dos
438 investimentos para poderem votar com consciência. Concordou com a posição da Sra.
439 Cláudia Magalhães, de que o valor constante na resolução funcionava como um teto.
440 Propôs, ainda, que essa prática de esclarecimentos prévios e justificativas de aplicação de
441 recursos seja adotada como diretriz permanente nas reuniões do Comitê, contribuindo

442 para a transparência e a qualidade das decisões coletivas. Passou-se a palavra ao Sr.
443 Carlos Alberto Cardozo, que parabenizou a iniciativa por sua relevância para a geração
444 de renda na comunidade pesqueira e buscou esclarecimentos sobre a cessão das
445 embarcações para os pescadores participantes do projeto. O Sr. Francisco Guimarães
446 explicou que cada organização parceira do projeto “Pescando Tradições” — financiado
447 pela Lei Rouanet — poderia indicar até cinco embarcações. Estas embarcações não
448 seriam doações, mas sim legalizadas e equipadas por meio de recursos do próprio projeto.
449 Um engenheiro naval seria contratado para garantir que todos os barcos estejam em
450 conformidade com as normas da Capitania dos Portos, das resoluções do CONAMA e da
451 NORMAM. A legalização envolveria diversos itens de segurança (coletes, extintores,
452 boias, cabos, âncoras), além de registros em cartório e junto à Marinha. Paralelamente,
453 seria realizada a capacitação dos pescadores ou de seus familiares para condução segura
454 e legal dessas embarcações. O Sr. Carlos Alberto levantou preocupação sobre o risco de
455 clandestinidade e atuação irregular, considerando que o projeto poderia atrair interesse de
456 pessoas fora das regras estabelecidas. O Sr. Francisco Guimarães reconheceu a
457 importância da observação e relatou que o grupo já atuava de forma preventiva nesse
458 sentido. Mencionou que, nos últimos dois anos, pescadores e parceiros do projeto se
459 reuniram com a Capitania dos Portos para ampliar a fiscalização. Casos de embarcações
460 ilegais com superlotação e ausência de equipamentos de segurança foram denunciados, e
461 a resposta da Capitania foi positiva, resultando em uma fiscalização mais rígida. Além
462 disso, todos os pontos turísticos ligados ao projeto foram devidamente protocolados junto
463 à Capitania dos Portos, e os trâmites de legalização dos píeres estavam em andamento nas
464 localidades da Baleia e da Pitória, com previsão de expansão para Cabo Frio, Arraial do
465 Cabo (Monte Alto e Parque das Garças) e Iguaba Grande. O Sr. Francisco Guimarães
466 destacou ainda que o próprio grupo de pescadores atuava como fiscal informal,
467 monitorando irregularidades, registrando e acionando as autoridades competentes.
468 Segundo ele, em situações de emergência, os participantes do projeto já salvaram famílias
469 em embarcações que afundaram, chegando aos locais mais rapidamente que a própria
470 Capitania, graças à proximidade com os pontos da lagoa. Ele enfatizou que, por
471 conhecerem bem o território, essas comunidades conseguiam agir de forma ágil e eficaz,
472 promovendo não só turismo, mas segurança. O Sr. Mário Flávio (Prefeitura Municipal de
473 São Pedro da Aldeia) complementou a fala do Sr. Francisco Guimarães, informando que
474 a Prefeitura de São Pedro da Aldeia firmou um convênio com a Capitania dos Portos,
475 disponibilizando embarcação e viatura durante a alta temporada e feriados prolongados.
476 Essa parceria possibilitou a intensificação da fiscalização em todas as praias da região,
477 com resultados expressivos durante o verão anterior. Afirmou que o convênio seria
478 mantido para as próximas temporadas, fortalecendo o combate à clandestinidade. Em
479 sequência, a Sra. Cláudia Magalhães fez um apelo à objetividade, observando o adiantado
480 da hora e a necessidade de a plenária deliberar sobre os pontos da pauta. Sugeriu que,
481 caso fosse o entendimento da plenária, poderia ser elaborado um relatório em conjunto
482 com a CTIL, contendo informações que dessem mais segurança à tomada de decisão nas
483 próximas resoluções, mas reforçou a importância de avançar com os trabalhos para que a
484 pauta pudesse ser concluída. A Sra. Aline Ribeiro questionou se poderiam seguir com a
485 aprovação da resolução e pediu orientação quanto ao encaminhamento. A Sra. Ana Paula
486 manifestou a necessidade de que a matéria ainda fosse apreciada pela CTIL. Diante disso,
487 a Sra. Aline Ribeiro propôs que a questão fosse colocada em votação, com duas
488 alternativas: aprovar a resolução naquela reunião ou devolvê-la para reavaliação da CTIL.
489 O Sr. Arnaldo fez uma intervenção destacando que a CTIL já havia reprovado a proposta
490 por ausência de informações claras e defendeu o respeito ao rito regimental, pelo qual as

491 resoluções devem chegar à plenária já devidamente analisadas. Alertou que aprovar uma
492 proposta sem que a CTIL a endosse comprometeria o processo e poderia esvaziar o papel
493 da câmara técnica. Enfatizou que a resolução deveria ser acompanhada por alguém da
494 câmara técnica que apresentou a demanda durante sua apreciação na CTIL e concordou
495 com a Sra. Ana Paula quanto à necessidade de retorno do documento para nova análise
496 técnica. A Sra. Ana Paula reiterou que, diante das dúvidas não esclarecidas na CTIL, a
497 aprovação seria inviável e defendeu que as duas pautas em questão (itens 3 e 5) fossem
498 devolvidas à CTIL. A Sra. Cláudia Magalhães reiterou que o papel da CTIL era avaliar a
499 estrutura técnica da resolução, e questionou se essa estrutura estava, de fato, em
500 desacordo, ressaltando que a dúvida parecia estar relacionada à ausência de explicações
501 sobre a demanda, ponto que, segundo ela, já havia sido esclarecido pelo Sr. Francisco.
502 Defendeu que, estando a estrutura correta, não haveria impedimento para que a plenária
503 deliberasse. O Sr. Arnaldo contrapôs, reafirmando que cabe à CTIL julgar a adequação
504 técnica e financeira da proposta, sobretudo quando envolve grandes valores, como
505 poderia ocorrer em outras situações. Acrescentou que os esclarecimentos apresentados
506 naquela reunião já deveriam ter sido feitos na CTIL e que qualquer membro da câmara
507 técnica poderia ter endossado as explicações do Sr. Francisco Guimarães. Portanto,
508 defendeu que, respeitando o rito, a matéria retornasse à CTIL. A Sra. Kátia Regina
509 também defendeu que todas as informações discutidas deveriam passar formalmente pela
510 CTIL. A Sra. Samara Miranda informou que, conforme apuração da votação no chat, a
511 maioria optou pelo retorno das resoluções à CTIL. Diante disso, a Sra. Ana Paula
512 confirmou que as resoluções 3 – que aprova a disponibilização de recursos financeiros do
513 CBHLSJ no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a contratação de empresa
514 especializada para a realização de Curso de formação para aquaviários, marinheiro
515 auxiliar de convés e marinheiro auxiliar de máquina; e de formação de aquaviário
516 pescador profissional – e 5 – que aprova a disponibilização de recursos financeiros do
517 CBHLSJ no montante de R\$ 40.000,00 (sessenta mil reais) para a contratação de empresa
518 especializada para a realização de Curso de formação de Condutores de Turismo de Base
519 Comunitária (TBC) para os pescadores – retornariam a CTIL para nova análise. O Sr.
520 Breno Bento manifestou que, embora a Marinha disponibilizasse os cursos MAC e POP
521 gratuito, tratava-se de um processo extremamente concorrido, com cerca de 400 inscritos
522 para apenas 25 vagas, distribuídas entre diversos municípios. Ressaltou que o turismo na
523 Laguna de Araruama já era uma realidade e que havia um aumento preocupante da
524 atuação de embarcações clandestinas, com riscos à segurança dos pescadores e turistas.
525 Informou que a minuta da legislação para regulamentação já estava pronta e seria enviada
526 à Câmara de Vereadores. Defendeu também a necessidade de parcerias, inclusive com
527 instituições de ensino, como a do Sr. Felipe Serpa, para oferecer cursos preparatórios em
528 português e matemática aos pescadores que não concluíram o ensino médio. O Sr. Felipe
529 Serpa pediu que a CTIL, ao realizar discussões mais aprofundadas sobre o objeto das
530 resoluções, compartilhe com a plenária os elementos que fundamentaram suas decisões,
531 como justificativas, diagnósticos e dados de investimentos anteriores. Defendeu que era
532 mais produtivo investir alguns minutos em explicações claras e introdutórias, do que
533 perder tempo com dúvidas que poderiam ser evitadas. Encerrou reforçando a importância
534 de se respeitar o rito para garantir decisões conscientes e responsáveis no uso de recursos
535 públicos. Dando prosseguimento, passou-se para o **item 6. Avaliação da Minuta de**
536 **Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ, da**
537 **conta única de saneamento, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para**
538 **a complementação de recursos para a realização de estudo de viabilidade,**
539 **perfuração, instalação e registro de outorga de Poço Artesiano na Comunidade**

540 **Rural Emiliano Zapata, no município de São Pedro da Aldeia/RJ"**. A Sra. Aline
541 Ribeiro projetou a resolução, fazendo a leitura da mesma. Destacou que o assunto havia
542 sido previamente aprovado na Câmara Técnica de Saneamento e Drenagem Urbana (CT
543 Saneamento) e solicitou ao Sr. Arnaldo, coordenador da CT em questão, para prestar os
544 devidos esclarecimentos. O Sr. Arnaldo explicou que se tratava de um projeto antigo,
545 voltado à comunidade da região do Una, onde havia escassez de água tanto para consumo
546 quanto para dessedentação animal. Relatou que o poço existente secou e a comunidade
547 solicitou apoio ao comitê. O Comitê já havia aprovado um valor anteriormente, mas no
548 processo de trabalho do CILSJ foi verificada a necessidade de um recurso adicional, o
549 que motivou a proposta de complementação para viabilizar a licitação. A Sra. Mônica
550 Casarim externou não ser contra a perfuração do poço, mas lamentou a ausência de
551 informações disponíveis sobre a proposta, já que sua entidade não conseguiu participar
552 da reunião da câmara técnica que discutiu o assunto. Explicou que a reunião inicialmente
553 seria virtual, mas foi alterada para o formato presencial na véspera, o que inviabilizou a
554 presença da entidade, especialmente porque seu titular estava fora do país. Informou ainda
555 que foi solicitado ao comitê o reagendamento da CT, mas isso não ocorreu. O Sr. Arnaldo
556 rebateu, afirmando que a alteração foi avisada com antecedência, via grupo de mensagens,
557 e que houve participação da maioria dos membros da CT. Informou que, embora
558 compreenda o desconforto, a demanda foi aprovada e que na próxima reunião a entidade
559 deveria garantir a participação do titular. A Sra. Mônica reagiu, afirmando que, diante das
560 circunstâncias, a alteração de última hora feriu os princípios de participação democrática.
561 O Sr. Arnaldo insistiu que o momento agora era de ajudar a comunidade do Una. A Sra.
562 Aline Ribeiro interveio para esclarecer que mudanças de modalidade, convocações e
563 datas são sempre alinhadas com a Presidência e com os coordenadores das câmaras
564 técnicas. Reforçou o compromisso de transparência no processo. A Sra. Mônica, então,
565 informou que a entidade Cidadania Buziana votaria contra a proposta, unicamente por
566 falta de informações. O Sr. Felipe Serpa pediu a palavra para ponderar sobre o impasse.
567 Reconheceu como legítima a preocupação da Sra. Mônica, pois, caso estivesse em sua
568 posição, também se sentiria prejudicado. Ao mesmo tempo, compreendeu a posição do
569 Sr. Arnaldo de que não era possível cancelar a reunião, considerando o andamento dos
570 trabalhos. Sugeriu que, para as próximas reuniões, fosse evitada a mudança de formato
571 ou pauta em cima da hora, pois essas alterações têm sido frequentes e prejudicavam a
572 participação efetiva dos membros. Afirmou que essas situações devem ser exceções, e
573 não recorrência, e reforçou que era possível conciliar a urgência dos temas com a garantia
574 da ampla participação. A Sra. Aline Ribeiro finalizou a discussão registrando que os
575 comentários e reclamações seriam repassados ao Presidente, Sr. Jailton. Em seguida, foi
576 colocado em votação a aprovação da Resolução em questão. Os representantes das
577 seguintes instituições manifestaram-se a favor da aprovação: Prefeitura Municipal de
578 Araruama; Associação dos Amigos da Lagoa De Jacarepiá - AMILA; Associação de
579 Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação Comercial,
580 Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Associação de
581 Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres Empreendedoras
582 Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande –
583 MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande; Ordem dos
584 Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação Livre dos
585 Aquicultores das Águas do São João – ALA; Associação de Pescadores Artesanais de
586 Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA; Clube Náutico de Araruama;
587 Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande -
588 Z29; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos Bioenergia

589 S/A. **Contra a aprovação:** Cidadania Buziana. Sendo assim, a resolução foi aprovada
590 pela maioria dos membros presentes. Prosseguindo para **7. Assuntos Gerais**, a Sra. Ana
591 Paula trouxe duas preocupações. A primeira dizia respeito à composição das câmaras
592 técnicas, que, segundo ela, no passado, obedecia à paridade entre os segmentos, mas que
593 agora estaria sendo definida por ordem de inscrição, o que inviabilizou a participação de
594 algumas entidades públicas, como a Prefeitura de Araruama, a qual representa. Afirmou
595 que, por esse critério, o município só conseguiu se inserir em uma câmara técnica, ficando
596 sem direito a voto nas demais. Solicitou que o modelo fosse revisto para garantir mais
597 cadeiras ao poder público e sugeriu a revisão do processo de inscrição. Na segunda
598 colocação, a Sra. Ana Paula relatou que o Instituto BW teria encaminhado um e-mail
599 demonstrando interesse em integrar o comitê, mas não teria recebido resposta. Pediu que
600 a solicitação fosse analisada com atenção. Em resposta à primeira colocação, a Sra. Aline
601 Ribeiro informou que as regras de composição e inscrição nas câmaras técnicas estavam
602 previstas no Regimento Interno do comitê e que, conforme deliberação da diretoria, seria
603 criado um grupo de trabalho para discutir possíveis revisões nesse item. A Sra. Ana Paula
604 reforçou que a falta de direito ao voto prejudica a atuação dos entes públicos e reiterou a
605 necessidade de reavaliar os critérios adotados. Dando seguimento, a Sra. Claudia
606 Magalhães propôs que todas as resoluções passassem a ser acompanhadas de relatórios
607 elaborados pelas câmaras técnicas, a fim de qualificar a tomada de decisão nas plenárias.
608 Também sugeriu que as reuniões do comitê tenham horários de início e término definidos
609 para respeitar os participantes, lembrando que todos, com exceção do CILSJ, atuavam
610 voluntariamente. Pediu desculpas, em nome do CILSJ, por eventuais falhas e reafirmou
611 o compromisso com a melhoria contínua da gestão. O Sr. Arnaldo manifestou
612 concordância com a proposta da Sra. Cláudia e reforçou a pertinência da fala da Sra. Ana
613 Paula, reconhecendo problemas na forma como as câmaras técnicas vêm sendo
614 compostas. Ressaltou que, conforme normas do CERHI-RJ, as câmaras devem ter
615 representação tripartite e que apenas membros titulares do comitê podiam integrar as
616 câmaras técnicas. Criticou a exclusão de entidades estratégicas, como a Prolagos, da
617 Câmara Técnica de Saneamento, o que considerou inaceitável. Defendeu que as propostas
618 das câmaras técnicas cheguem às plenárias já bem elaboradas e discutidas previamente
619 na CTIL. Na sequência, o Sr. Felipe Serpa sugeriu avaliar a ampliação do número de
620 vagas nas câmaras técnicas para permitir maior participação de entidades interessadas,
621 ainda que isso não garanta, por si só, a paridade. Encaminhou à CTIL uma proposta para
622 discutir a criação de uma política de compliance e integridade no âmbito do comitê e do
623 consórcio, como forma de fortalecer a imagem e a credibilidade das instituições junto à
624 sociedade. Ressaltou que a proposta não visava questionar a idoneidade dos membros,
625 mas sim adotar boas práticas preventivas já comuns em empresas e órgãos públicos. A
626 Sra. Katia Regina solicitou que o consórcio disponibilizasse a lista atualizada das
627 instituições integrantes de cada câmara técnica, relatando que, por um problema no envio
628 do ofício, sua entidade não tinha clareza sobre em quais câmaras estava inserida. A Sra.
629 Aline Ribeiro respondeu afirmando que a listagem seria reenviada a todos. A Sra. Gisela
630 Carvalho ratificou a fala da Sra. Ana Paula, pedindo que o critério de ordem de inscrição
631 para composição das câmaras técnicas fosse revisto, considerando que entidades públicas
632 enfrentavam trâmites internos que dificultavam uma inscrição ágil. A Sra. Ana Paula
633 concordou, apontando que, por esse motivo, a Prefeitura de Araruama ficou totalmente
634 fora de algumas câmaras técnicas e destacou a ausência de instituições importantes, como
635 a FIPERJ, na câmara técnica de pesca. A Sra. Mariana Botelho (Fundação Instituto de
636 Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ) confirmou as dificuldades burocráticas enfrentadas
637 para participar. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Sra. Ana Paula agradeceu

638 a participação de todos e encerrou a reunião. Deste modo, eu, Samara M. P. da H. Barros,
639 lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de
640 Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia
641 Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 31 de
642 julho de 2025.



Assinado digitalmente via ZapSign por
Jailton Dias Nogueira Junior
Data 31/07/2025 17:12:25.072 (UTC-0300)

JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR
Presidente do CBH Lagos São João

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 31 Julho 2025, 17:12:26

Status: Assinado

Documento: Ata Da Reunião De Plenária 29-05-25.Pdf

Número: 35e5b4bb-8572-4b24-a909-6a996e4e57a6

Data da criação: 31 Julho 2025, 14:56:37

Hash do documento original (SHA256): 99138ff3e8014c1d344dcfc6cc6826f124af40de40f9b8900f5c228e60765b6d



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR Data e hora da assinatura: 31/07/2025 17:12:25 Token: f7e85e9f-d2a7-413c-9590-517ea1160428</p>	<p>Assinatura</p>  <p>Jailton Dias Nogueira Junior</p>
<p>Pontos de autenticação: Telefone: + 5522988351511 E-mail: jailtonmar@yahoo.com.br</p>	<p>Localização aproximada: -22.895297, -42.044559 IP: 203.188.168.11 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) SamsungBrowser/28.0 Chrome/130.0.0.0 Mobile Safari/537.36</p>

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.
[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 35e5b4bb-8572-4b24-a909-6a996e4e57a6, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br